

Osmar

Exmo. Sr.

Dando continuidade e ampliando as discussões iniciadas em Santiago do Chile, durante o Seminário Triângulo, estamos encaminhando, em anexo, algumas observações e sugestões das entidades brasileiras interessadas nos objetivos da Operação Triângulo.

Tais observações e sugestões nasceram de uma série de consultas e entendimentos que vêm sendo mantidos no Brasil e têm por objetivo fornecer mais alguns dados para as discussões a serem realizadas em Los Angeles, no fim do corrente mês, sobre a orientação concreta a se imprimir à institucionalização do assim chamado Triângulo.

Face ao fato de que o Brasil não terá uma participação direta nessas discussões, as presentes observações constituem-se, por assim dizer, em alguns dos pontos-de-vista que seriam, então, apresentados pelas entidades brasileiras e que condicionam a sua maior ou menor participação nos resultados do esforço de institucionalização, a ser iniciado pela reunião de Los Angeles.

Subscvem o presente documento os membros da comissão organizadora de uma entidade de sentido federativo, que reunirá as instituições dedicadas, no Brasil, à promoção social e à investigação, elaboração e planejamento econômico e social.

Francisco Whitaker Ferreira
por SAGMACS
Economia e Humanismo

Marina Bandeira
pelo MEB

Padre Gregori
pelo CERIS

Padre Osanan
pela Escola de Sociologia e Política -
Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro

Observações e sugestões sôbre a Operação Triângulo

1. A conceituação da expressão Promoção Popular - objetivo final de toda a Operação Triângulo - é, a nosso ver, a questão mais fundamental a exigir um consenso prévio. As organizações brasileiras acreditam que sua participação na Operação está profundamente condicionada à noção de Promoção Popular, a ser contida na "Carta Magna", cujo projeto será elaborado em Los Angeles. A esse respeito, nossa posição é a seguinte:

1.1. Não identificamos promoção popular com assistência social, apesar de cada vez mais os movimentos assistenciais se dizerem promocionais.

1.2. Do mesmo modo, apesar de já ser lugar-comum falar-se contra o paternalismo, ou da necessidade de autopromoção e não imposição, percebemos que, na prática, as experiências não confirmam tal unanimidade.

1.3. Tais fatos levam a promoção popular a um primeiro risco: a confusão entre a complexidade do real e as boas intenções. Ou seja, a participação do povo no processo de desenvolvimento se faria num gradual e harmônico crescimento, que viria das bases populares, dos núcleos inferiores e gradativamente chegaria - e só depois - às organizações intermediárias para, num último momento, atingir a esfera nacional, internacional e os campos de ação propriamente política e de planejamento econômico. Qualquer ação em esferas superiores, antes de estar amadurecido o trabalho nas bases, seria imposição. Uma perspectiva como esta não se encontra em estado puro, mas existe muito como tendência. Entre outras falhas, parte de uma visão otinistamente ingênua da história e de um desconhecimento total dos mecanismos de dominação que já existem antes e durante o trabalho de promoção. Ignora os grupos de pressão existentes e julga que as desigualdades fazem parte de um estágio social inferior, a ser naturalmente superado pelo desenvolvimento. Não percebe que as desigualdades são mantidas e defendidas.

1.4. Um segundo risco que, muitas vezes, se confunde com o primeiro, ênfatiza a necessidade de isolar etapas e começar pela ação local. Com isso, canalizam-se facilmente as energias para uma ação em torno dos problemas locais, o que seria importante como ação exemplar ou ponto-de-apoio, mas que passa a ser, não somente secundário, como necivo quando se transforma em fim. A maior parte das vezes tem servido para drenar energias para uma solução isolada que leva ao conformismo da pequena melhoria, sem chegar à descoberta dos outros conjuntos de problemas pessoais, dos problemas dos outros membros da comunidade não atingidos, ou das causas mais profundas e estruturais da situação parcialmente corrigida.

1.5. Acreditamos, portanto, na promoção que leve ao desenvolvimento do contexto social todo e à sua transformação de estrutura de competição em estrutura de cooperação. O que exige uma mudança radical na estrutura do poder e nas estruturas sócio-econômico-culturais. Tarefa que encontra a resistência da inércia e da autodefesa dos grupos privilegiados.

1.6. Não vemos na promoção popular a panacéia que resolve tudo e que resume todas as dimensões da ação. Sem ela, teremos uma imposição totalitária. Mas para que ela seja efetiva, é necessária sua integração numa política global de desenvolvimento.

1.7. A promoção popular não é um momento prévio ao desenvolvimento, ou seja, a ação promocional não precede a ação política ou o planejamento econômico-social. Ela é concomitante e integrada nas urgências que estes impõem e somente desenvolve todas as suas potencialidades num processo real de transformação dos mecanismos políticos e econômicos, até agora oligárquicos e, portanto, não democráticos.

1.8. A promoção popular terá sentido na medida em que adquirir a clara consciência de seus limites e em que se descobrir como parte, indispensável mas não totalizadora, de uma ação no plano social. Uma de suas dimensões será assim a conscientização popular e a sua abertura para os problemas da sociedade como um todo.

1.9. Se a ação promocional não levar à descoberta dos pontos de estrangulamento do contexto global da sociedade, canalizando a ação popular para a transformação radical das estruturas sociais, o que supõe mudança político-econômica, ela levará a um conformismo e se constituirá numa maneira nova e inteligente de anestésiar o povo e impedir a sua real promoção.

1.10. Será necessário assumir a dimensão internacional da promoção popular. A relação triangular Europa-Estados Unidos-América Latina não resume a problemática mundial. Há uma imprescindível presença da África e da Ásia na solução do problema do desenvolvimento, a não ser que fiquemos pensando em salvar uma presunível civilização ocidental no momento em que temos que falar de civilização planetária e quando precisamos da contribuição de todas as culturas. Mesmo que, por razões práticas, as dimensões do trabalho fiquem fechadas num triângulo, a dimensão dos problemas deve ser vista na escala do mundo.

1.11. Há a considerar que o comportamento nacional e internacional, nos três ângulos do Triângulo, ainda é de dominação. Todos estão em fase de competição e esta se faz de uns sobre os outros. Assim, todos necessitam de uma ação para que se

possa passar a uma estrutura de cooperação. Um trabalho promocional é igualmente necessário para todos os países, contando-se com uma reciprocidade de ajuda. É preciso que todos juntem lutem contra as estruturas de dominação. Se ainda por razões de ordem prática, ou tática, o triângulo se volta para uma cooperação em torno dos problemas de promoção popular na América Latina, êle não terá desenvolvido tôdas as suas potencialidades, mesmo práticas e táticas, se não incorporar a seus objetivos, pelo menos, a mobilização popular na América do Norte e Europa em torno do desenvolvimento da América Latina e da cooperação entre os seus povos. O que se constituirá em garantia de que não se transforme em mais um disfarce de dominação.

2. Quanto à institucionalização do Triângulo, as entidades brasileiras têm os seguintes pontos-de-vista:

2.1. A função do Triângulo não deverá ser diretamente de promoção popular, mas sim de organismo propiciador de uma cooperação internacional, em torno da promoção popular na América Latina. Ou, seja, julgamos importante distinguir e não superpor a ação do Triângulo e a ação das entidades que dêle participem ou com êle colaborem.

Com isso, a promoção popular na América Latina contará mais do que tudo com um sistema de enriquecimento de suas experiências e não com mais um organismo, de dimensão internacional, a agir paralelamente aos diversos esforços existentes.

2.2. A ação do Triângulo deverá dirigir-se tão somente à cooperação intelectual, como um campo de trabalho não preenchido e suficientemente amplo. Assim, êle não propiciaria, por exemplo, fontes de financiamento para ações de base ou projetos especificamente de promoção popular na América Latina. Sua atuação se limitaria aos componentes de elaboração intelectual desses projetos, ou a projetos de intercâmbio especificamente intelectual. As ações mais próximas de um trabalho de base, a serem propiciadas pelo Triângulo, seriam talvez a capacitação de intelectuais da Europa, América Latina e Estados Unidos em torno dos problemas de desenvolvimento da América Latina e a abertura dos meios universitários, mesmo da opinião pública em geral norte-americana e europeia, para êsses problemas.

2.3. Será útil reafirmar que se ao intelectual europeu ou norte-americano deve ser propiciada a abertura às questões latino-americanas e a transmissão de suas experiências e perspectivas, a formulação concreta das opções deve ser reservada aos intelectuais latino-americanos. O perigo da imposição ou da generalização de experiências, de um país a outro de condições sócio-econômico-culturais diferentes, a ser cuidadosamente evitado entre os próprios países da América Latina,

deve ser objeto de atenção especial no desenvolvimento dos trabalhos do Triângulo. Quanto mais o trabalho de elaboração se distanciar do campo teórico-doutrinário para se aproximar da interpretação da realidade e da formulação das saídas possíveis para os problemas e necessidades existentes, mais forte deverá ser a presença latino-americana nesse trabalho.

2.4. Quanto ao problema da capacitação, parece— nos que o Triângulo poderá superar a sistemática das bôlsas de estudo tradicionais, de formação geral ou especializadas nos institutos existentes. Seria mais proveitoso se as bôlsas visassem à pesquisa e ao estudo específico de problemas de desenvolvimento da América Latina. Tais tipos de bôlsas poderiam desdobrar-se em programas de abertura dos meios universitários e da própria opinião pública para os problemas estudados, além de alimentar um sistema editorial voltado para as questões latino-americanas, sob a égide do Triângulo. Um tipo de capacitação assim objetivo parece-nos mais criador que a perigosa capacitação em tórno de experiências ou métodos de difícil transplante de um país a outro.

2.5. Da mesma forma, como se faz mister não duplicar esforços ou pulverizar recursos, a ação do Triângulo será tao mais rica em possibilidades quanto maior o pluralismo dos enfoques, propiciado pelas entidades que dêle participarem. As suas bases, portanto, devem ser coordenadas, mas amplas, comportando o máximo possível de tipos de trabalho e de perspectivas.

2.6. A coordenação das entidades, por sua vez, deverá ser, segundo nossa opinião, pelo menos na América Latina, baseada em organizações nacionais que, em cada país, reúnam as entidades participantes, respeitadas as respectivas autonomias. Essas organizações nacionais, uma vez presentes no nível latino-americano, garantiriam a êsse ângulo do Triângulo uma adequada representatividade, que lhe permitiria se falar em nome das organizações voltadas para a promoção popular na América Latina e ver-se adequadamente representado no Conselho Mundial. Em consequência, se os Secretariados do Triângulo correspondem aos órgãos executivos dos Conselhos Continentais e Mundial, os seus subsecretariados corresponderão aos órgãos executivos dos organismos nacionais.

2.7. As organizações nacionais, a nosso ver, deverão ser compostas em forma federativa, pelas entidades que aceitarem integrar-se em programas de cooperação; a cooperação a um nível triangular, que corresponderá à integração da organização nacional no Triângulo, será entao uma opção a ser proposta a todos os membros da mesma. Aquelas entidades que, por razões de ordem prática ou jurídica, não puderem ou não quiserem participar dêsses programas, poderão sempre atuar como colaboradores, na realização de tare

fas ou projetos específicos, sem, no entanto, participarem das decisões do organismo federativo nacional.

Restaria definir como as organizações de dimensão latino-americana se enquadrariam em tal estrutura, se através de seus setores nacionais, se diretamente enquanto organismos continentais.

2.8. Distinguímos, por outro lado, dois tipos de trabalho, entre aqueles a serem desenvolvidos pelas entidades, que, através das organizações nacionais e continentais, venham a participar do Triângulo: um, voltado para a ação pro-nocional propriamente dita, na formação de quadros e lideranças e na organização popular; outro, voltado para o trabalho de investigação da realidade, elaboração teórica e planejamento da ação.

2.9. Parece-nos, então, claro que a atuação dos secretariados do Triângulo, órgãos executivos dos Conselhos Continentais, bem como dos subsecretariados, agora entendidos como órgãos executivos das organizações nacionais, não deve confundir-se com a ação das entidades participantes. Aos secretariados e subsecretariados não caberá nunca a ação direta, nem de promoção popular propriamente dita, nem de elaboração ou planejamento da ação. Esta será uma tarefa das entidades. Aos secretariados e subsecretariados caberão, isto sim, as análises das possibilidades e necessidades de cooperação que permitam aos Conselhos bem definir a sua política, a ativação das entidades para a apresentação de projetos e a avaliação e acompanhamento dos projetos em andamento, para alimentar as decisões a respeito dos planos dos anos subsequentes.

2.10. A ação a ser desenvolvida pelo Triângulo deverá, segundo nosso pensamento, resultar de dois movimentos: um, de cima para baixo, do Conselho Mundial aos conselhos continentais e aos organismos nacionais, contendo a política geral de cooperação; e outro, de baixo para cima, das entidades participantes e organismos nacionais aos conselhos continentais e mundial, contendo suas políticas de promoção popular e suas necessidades e possibilidades de cooperação. Adotada essa sistematização, a ser posta em funcionamento pelos secretariados e subsecretariados, ter-se-á garantido o respeito à estratégia de promoção popular de cada país, traduzida nos projetos apresentados pelas entidades que os desenvolverão e adotada pelos respectivos organismos nacionais.

E ter-se-á garantido, também, uma orientação global de cooperação, traduzida pelas diretrizes políticas que os Conselhos Mundial e Continentais definirão, com base nos resultados que forem sendo obtidos e nas possibilidades novas que se forem incorporando, numa dimensão realmente triangular. As bases do Triângulo - e só a elas - deverá caber a definição do que deve ser feito. À sua cúpula, caberá a definição das alternativas de cooperação, para que aquilo que deve ser fei

to seja possibilitado e enriquecido pela cooperação internacional, incorporando-se, oportunamente, a dimensão realmente mundial dessa cooperação, isto é, a consideração da presença da Ásia e da África na problemática do desenvolvimento.

2.11. Entendemos também que, durante o ano de 1965, o Triângulo viverá o seu período de institucionalização, da reunião de Los Angeles ao Conselho Mundial, previsto para novembro-dezembro. Sendo assim, esta será uma fase em que deverá ter preponderância o movimento de baixo para cima, a fim de que se garanta um realismo isento dos erros de perspectiva, característicos das organizações de cúpula. Ou seja, acreditamos que o projeto de "Carta Magna", a ser elaborado em Los Angeles e a sistemática de funcionamento a ser então proposta, deverão ser apresentados, em reuniões nacionais promovidas pelos organismos nacionais existentes ou, na falta destes, pelos Secretariados do Triângulo, nos diversos países, às entidades que poderiam vir a participar do mesmo. Uma vez estabelecido um acordo provisório, estas instituições passarão a oferecer suas sugestões e projetos, através das organizações nacionais.

O coroamento, a ser obtido nas reuniões continentais e no Conselho Mundial, corresponderia à formulação final da "Carta" e da sistemática, bem como o primeiro grande ajuste entre necessidades e possibilidades.

2.12. O primeiro esboço de necessidades financeiras, a ser definido em Los Angeles, deve, a nosso ver, estar voltado para essas tarefas iniciais de coordenação nacional, continental e triangular, preparação dos Conselhos Continentais e Mundial e realização dos mesmos. O ano de 1966 marcaria o início da cooperação de fato entre as três áreas do Triângulo, em torno da promoção popular na América Latina, tendo-se, então, a certeza de que nenhuma força viva foi esquecida e de que uma adequada representatividade garantirá o realismo e a validade do trabalho a ser realizado.

3. Aceitos êsses critérios, cremos que poderíamos contar, no Brasil, com a participação de bom número de entidades que vêm desenvolvendo trabalhos em torno da promoção popular.

Em levantamento rápido das entidades com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro, poderiam ser alinhadas, inicialmente, certo número a ser rapidamente ampliado:

- I. Entidades dedicadas a trabalhos de investigação e elaboração econômica e social:
 1. CERIS - Rio
 2. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais - Rio

- 3: Centro D.Vital do Rio
- 4: Centro de Pesquisas Sociais da Puc - Rio
- 5: Centro de Pesquisas da Faculdade Cândido Mendes - Rio
- 6: SAGMACS - Economia e Humanismo - S.Paulo
- 7: Instituto de Pesquisas da Puc - S.Paulo
- 8: Centro D.Vital de S.Paulo
- 9: Centro de Planejamento Social da Escola de Serviço Social - PUC - Rio.

II. Entidades dedicadas a trabalhos de base, de promoção popular e formação de quadros:

- 1: MEB - Rio
- 2: CECO - Rio
- 3: IDEC - Rio
4. Frente Nacional de Trabalho - S.Paulo

Propomos, então, as seguintes medidas, em seguimento à reunião de Los Angeles, com relação à participação brasileira no Triângulo:

a) envio às entidades relacionadas e a outras que indicaremos, posteriormente, dos resultados da reunião de Los Angeles. A Comissão que assina o presente documento poderia encarregar-se dessa distribuição, para, então, consultar as entidades sobre o interesse em participar dos trabalhos de institucionalização do Triângulo, agrupando-se no organismo federativo, que ora se monta no Brasil;

b) uma vez definido o interesse brasileiro, estas entidades, já agrupadas no organismo federativo brasileiro, apresentarão seus projetos e designarão seus representantes para a primeira reunião do Conselho Continental do Triângulo, a realizar-se, provavelmente, em setembro do corrente ano;

c) igualmente, e a partir da definição do interesse brasileiro, o secretariado do órgão federativo nacional assumirá as funções de subsecretariado brasileiro do Triângulo e, através dele, se processará todo o sistema de consultas e entendimentos.

Para o período inicial, a Comissão que assina o presente documento poderá servir de ponto de apoio do Triângulo no Brasil, até que seja institucionalizado o nosso organismo nacional e definida a participação brasileira no Triângulo. A correspondência poderá ser então enviada para Francisco Whitaker Ferreira, à rua São Clemente, 385, Botafogo, Guanabara.

Estamos certos de que, tomadas essas medidas, o Brasil poderá, desde logo, passar a oferecer, de forma coordenada e ampla, com apoio em todos os esforços de promoção popular que no país ora se realizam, sua colaboração no estabelecimento de projetos de cooperação intelectual, que darão ao Triângulo uma vida real.